

Lembrar e esquecer a respeito do povo Yanomami: a experiência de um arquivo digital marcado pelo testemunho jornalístico

Remembering and forgetting about the Yanomami: the experience of a digital archive marked by journalistic testimony

Recordar y olvidar a los Yanomami: la experiencia de un archivo digital marcado por el testimonio periodístico

Andrea Cristiana Santos^{1,a}

andcsantos@uneb.br | <https://orcid.org/0000-0003-4807-0799>

Jônatas Pereira do Nascimento Rosa^{1,b}

jonataspereiradonascimento@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-0285-1661>

¹ Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas. Juazeiro, BA, Brasil.

^a Doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

^b Graduando em Jornalismo em Multimeios pela Universidade do Estado da Bahia.

RESUMO

Este artigo analisa a produção da jornalista Eliane Brum como uma operação de memória, na qual a repórter seleciona o que deve ser lembrado a respeito dos impactos da pandemia de covid-19 e das violações ao direito à saúde do povo Yanomami. Foi realizada uma pesquisa qualitativa e feito um estudo de caso instrumental, a partir do *corpus* analítico de textos jornalísticos publicados no *site* El País Brasil e na plataforma Sumaúma. A narrativa jornalística disseminada se constitui em uma experiência de arquivo digital, no qual o registro histórico midiático se relaciona com a dialética da memória e do esquecimento, a partir do testemunho presente nos atos de enunciação. O artigo problematizou os limites de uma deontologia jornalística aliada a uma ética do cuidar ao narrar e viabilizar o acesso às imagens dos corpos de povos indígenas, no contexto de compartilhamento de informações sobre comunicação e saúde.

Palavras-chave: Arquivo digital; Memória; Testemunho; Saúde; Jornalismo.

ABSTRACT

The article analyzes journalist Eliane Brum's work as a recalling operation. The reporter selects the main elements of the covid-19 pandemic impacts and health rights violations to Yanomami people. This work presents a qualitative research and instrumental case study based on the analytical *corpus* of journalistic texts published on the El País Brasil website and the Sumaúma platform. The disseminated journalistic narrative constitutes a digital archive in which the historical media record associates with the dialectic of memory and oblivion based on the testimony portrayed in the acts of enunciation. Furthermore, the article questioned the limits of journalistic deontology allied to ethics of care-taking as narrating and enabling access to indigenous peoples' body images in the context of sharing information about communication and health.

Keywords: Digital archive; Memory; Testimony; Health; Journalism.

RESUMEN

El artículo analiza el trabajo de la periodista Eliane Brum como una operación de recuerdo. La reportera selecciona los principales elementos de los impactos de la pandemia de covid-19 y las violaciones a los derechos de salud del pueblo Yanomami. Este trabajo presenta una investigación cualitativa y un estudio de caso instrumental a partir del *corpus* analítico de textos periodísticos publicados en el sitio *web* El País Brasil y en la plataforma Sumaúma. La narrativa periodística difundida constituye un archivo digital en que el registro histórico mediático se asocia a la dialéctica de la memoria y el olvido a partir del testimonio retratado en los actos de enunciación. Además, el artículo cuestiona los límites de la deontología periodística aliada a la ética del cuidado como narradora y posibilitadora del acceso a las imágenes corporales de los pueblos indígenas en el contexto de compartir informaciones sobre comunicación y salud.

Palabras clave: Archivo digital; Memoria; Testimonio; Salud; Periodismo.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Contribuição dos autores:

Concepção e desenho do estudo: Andrea Cristiana Santos, Jônatas Pereira do Nascimento Rosa.
Aquisição, análise ou interpretação dos dados: Andrea Cristiana Santos, Jônatas Pereira do Nascimento Rosa.
Redação do manuscrito: Andrea Cristiana Santos, Jônatas Pereira do Nascimento Rosa.
Revisão crítica do conteúdo intelectual: Andréa Cristiana Santos.

Declaração de conflito de interesses: não há.

Fontes de financiamento: Bolsa de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb).

Considerações éticas: não há.

Agradecimentos/Contribuições adicionais: não há.

Histórico do artigo: submetido: 28 fev. 2023 | aceito: 12 jun. 2023 | publicado: 30 jun. 2023.

Apresentação anterior: não houve.

Licença CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (*download*), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à *Reciis*. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

INTRODUÇÃO

Em 7 de agosto de 2020, no transcurso da pandemia de covid-19 (doença causada pelo vírus SARS-CoV-2), a jornalista Eliane Brum se interrogava, em texto publicado no *El País*, sobre qual é o papel do profissional da imprensa quando testemunha o genocídio, ao se referir ao número de 100 mil mortos em decorrência da contaminação do vírus. A jornalista respondia que, diante de um crime contra a humanidade, o dever como profissional era narrar o tempo vivido e contar as histórias como estratégia de resistência, “para que os mortos possam viver como memória e seus assassinos não escapem da justiça” (BRUM, 2020a), de modo que, quando morrermos, nossos filhos possam lembrar, e, conseqüentemente, também as gerações futuras (BRUM, 2020a).

A resposta da jornalista evoca um compromisso ético com um trabalho de memória, pois, em situações, como “nos genocídios ou nas perseguições violentas em massa de determinadas parcelas da população, a memória do trauma é sempre uma busca de compromisso entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade”. (SELIGMANN-SILVA, 2007, p. 67).

Em 20 de janeiro de 2023, a jornalista retoma esse dever de memória ao narrar, de forma contundente, a violação ao direito à saúde da população indígena Yanomami, na plataforma Sumaúma, experiência de jornalismo comprometido com a realidade social e cultural dos povos da floresta. A reportagem “Não estamos conseguindo contar os corpos”, escrita de forma coletiva por Eliane Brum, Ana Maria Machado e Talita Bedinelli, denuncia a morte de 570 crianças em decorrência de doenças como desnutrição, diarreia e outras que poderiam ser tratadas, caso tivessem acesso ao cuidado de saúde pública. A reportagem evidencia o genocídio que circunscreve a vida do povo Yanomami, ameaçados de extinção por conta da expansão do garimpo em terras indígenas, da contaminação pelo mercúrio e da ausência de políticas públicas de saúde com a desativação dos postos de saúde no território.

Nesses dois períodos, a jornalista constitui um acervo de registros históricos midiáticos (SILVEIRA, 2016) no qual vivência e experiência se relacionam para produzir uma escrita do tempo presente, a partir de fontes disponíveis em um arquivo digital. Esse arquivo é construído por uma rede de colaboradores – indivíduos, pessoas comuns – que, enquanto vivenciam a experiência de acontecimentos históricos por vezes traumáticos e disruptivos, tal como o 11 de Setembro de 2001 e a passagem de furacões como o Katrina e Rita na região Sul dos Estados Unidos, elabora uma memória que é gestada ao vivo (MARINO; NICODEMO; SILVEIRA, 2020). Nesse sentido, somos convocados a pensar as narrativas jornalísticas disponibilizadas nas plataformas digitais a respeito de acontecimentos sociais de magnitude e impacto social como uma “coletânea informal digital que acaba formando um arquivo” (MARINO; NICODEMO; SILVEIRA, 2020, p. 94).

Dessa forma, o conjunto de artigos, colunas e reportagens tecido por Eliane Brum, disponível no *site* *El País* Brasil e na plataforma Sumaúma, pode ser considerado um arquivo digital do tempo presente, uma operação de memória sendo gestada ao vivo, a partir do testemunho sobre os impactos da covid-19 na saúde dos povos originários e da crise humanitária relacionada à saúde do povo Yanomami, nos últimos quatro anos.

Considera-se, ainda, que esse arquivo digital é composto por atos de enunciação jornalística, nos quais os jornalistas “fazem a memória” (BARBOSA, 2004), pois selecionam o que vai ser lembrado e o que deve ser esquecido, reconstruindo o presente de maneira seletiva. Como um fio de Ariadne, cuja tessitura se faz no presente, a ação dos jornalistas envolve “escolhas, ou seja, pressupõe a dialética lembrança e esquecimento” (BARBOSA, 2004, p. 5) que contribui para consolidar um campo de disputa simbólica a respeito dos acontecimentos sociais vividos. Essas escolhas deixam rastros no ambiente virtual, e cabe aos pesquisadores interpretar esses vestígios e documentos, buscando entendê-los.

Em alusão ao arquivo digital, considera-se que, na perspectiva de uma memória cultural, há um *continuum* de documentos produzidos por dispositivos tecnológicos e pelos meios de comunicação (ASSMANN, 2011), no qual o armazenamento dos acervos se desloca dos espaços físicos para as plataformas e repositórios digitais. Historicamente, os arquivos se constituíram como memória da dominação, servindo para a legitimação do poder instituído. Dispor e ter acesso aos arquivos significava ter controle sobre a memória, sobre o que pode e deve ser lembrado, como conceitua Aleida Assmann (2011).

Contudo, com o acesso aos dispositivos tecnológicos, as instituições estatais não são as únicas provedoras e criadoras de arquivos. Cada vez mais as pessoas se colocam na perspectiva de criar, armazenar, conservar materiais, selecionar o que pode ser conservado. Da mesma forma, observa-se a formação de redes colaborativas, com possibilidade de garantir a acessibilidade do arquivo, expandindo, nesse sentido, as fronteiras físicas ao dispor materiais para o público. No ambiente de produção digital de dados, os indivíduos se constituem produtores de arquivo, armazenando os registros das experiências e as vivências cotidianas em cápsulas do tempo (ASSMANN, 2011), como forma de nos doar uma escrita da experiência vivida, enquanto eles próprios são atravessados pelos acontecimentos.

Diante disso, este artigo analisa a produção jornalística de Eliane Brum como uma operação de memória, na qual ela seleciona o que deve ser lembrado a respeito de acontecimentos de impacto social, como a pandemia de covid-19 e as recentes violações ao direito à saúde do povo Yanomami. A problemática do artigo é entender como as narrativas se constituem em um arquivo digital, no qual o registro histórico midiático se relaciona com a dialética da memória e do esquecimento, a partir do testemunho presente nos atos de enunciação jornalística produzidos pela ação comunicativa da jornalista bem como das fontes acionadas, muitas delas (in)visibilizadas pelos meios de comunicação hegemônicos. Também problematiza os limites de uma deontologia jornalística aliada a uma ética do cuidar (CHRISTIANS, 2014), ao narrar e viabilizar o acesso às imagens dos corpos do povo Yanomami, marcados pelo sofrimento humano indizível, vitimados por doenças, fome e negligência do poder público, cuja ação comunicativa requer conhecimento sobre a cultura Yanomami (LIMULJA, 2023).

A análise empreendida neste artigo está alicerçada teoricamente a partir dos estudos sobre a memória cultural e a dimensão de indivíduos como potenciais criadores de arquivos (ASSMANN, 2011; SILVEIRA, 2016), cuja natureza performática é mediada pelos meios de comunicação, nos quais deixam rastros de suas existências e dos acontecimentos sociais com os quais se relacionam. Também é construída uma reflexão sobre o testemunho como ato de rememoração dos mortos (SELIGMANN-SILVA, 2008; GAGNEBIN, 2009); reflete-se sobre a dimensão de se construir narrativas sobre sujeitos (in)visibilizados pela imprensa como forma de reconhecimento de direitos (BUTLER, 2020); além da necessidade de se pensar sobre os enlaces na cobertura de acontecimentos jornalísticos, a partir de uma ética do cuidar (CHRISTIANS, 2014), principalmente, quando nos referimos ao direito à saúde de povos originários.

Este artigo se divide em três seções: a) o percurso metodológico da pesquisa e os atravessamentos da relação entre comunicação e saúde nas narrativas jornalísticas; b) a reflexão sobre o trabalho jornalístico como um testemunho, como ato enunciativo nos textos sobre mortes provocadas pela pandemia de covid-19; e c) a discussão a respeito dos limites éticos do testemunho, a partir da acessibilidade do arquivo digital no sentido do compartilhamento e da difusão de imagens sobre corpos de homens, mulheres e crianças indígenas.

PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O artigo traz resultados do projeto de pesquisa Comunicação e Saúde em Tempos de Pandemia da covid-19, na qual propomos um estudo de caso a partir de um processo de reflexão e de imersão em fontes bibliográficas e documentais (GIL, 2002) do campo jornalístico, de periódicos de conglomerado de mídia

– como a *Folha de S.Paulo* – a sites de jornais, como El País Brasil. O objetivo da pesquisa qualitativa foi identificar a circulação e a produção de conteúdo a respeito da pandemia, investigar os usos da memória sobre os acontecimentos pandêmicos e mapear a contribuição de pesquisadores da ciência e as fontes testemunhais nas narrativas dos jornalistas.

Na pesquisa, foi desenvolvido o subprojeto sobre tessituras de vida e morte, a partir da produção jornalística de Eliane Brum (ROSA; SANTOS, 2022), ao se investigar as inter-relações entre memória e jornalismo a respeito da circulação de informações sobre o impacto da pandemia na vida de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos) e na sociedade brasileira. No transcurso da pesquisa, identificou-se o acionamento de fontes especializadas (cientistas) e, prioritariamente, testemunhais que denunciavam violências contra a população indígena perpetradas pelo governo de Jair Bolsonaro.

O escopo metodológico dialogou com contribuições dos campos da comunicação e da saúde ao propor uma investigação sobre como a mídia compreende a temática, na perspectiva de que saúde não é um conceito autoevidente, mas um campo de saber socialmente construído (LERNER, 2014), que opera a partir de preceitos normativos, geralmente privilegiando as fontes institucionais (médicos, instituições políticas, instituições científicas). Contudo, faz-se necessário também olhar para outros sujeitos (in)visibilizados pela mídia hegemônica, como o tratamento dado à questão da saúde indígena, a partir da ótica dos próprios indivíduos, o que pode trazer evidências de processos de negligenciamento (ARAUJO; MOREIRA; AGUIAR, 2013) de políticas públicas destinadas aos grupos minoritários.

Na coleta de dados do desenho metodológico da pesquisa, foram realizadas a seleção e a classificação de 58 textos jornalísticos com a temática de covid-19 que circularam na coluna do El País Brasil, e 22 na versão espanhola, além de textos localizados nos periódicos internacionais *The Guardian* e *The New York Times*¹, de dezembro de 2019 a dezembro de 2021. Os textos demonstram o impacto da infecção pelo coronavírus em grupos (in)visibilizados pela mídia, como as comunidades quilombolas e indígenas. Dessa amostra foram identificados três textos a respeito da temática de saúde indígena nos três periódicos: El País Brasil, *The Guardian* e *The New York Times*. E dessa amostra selecionou-se, para análise, o texto “Mães Yanomami imploram pelos corpos de seus bebês” (BRUM, 2020b), que faz uma reflexão sobre o testemunho para a reconstituição da dimensão do acontecimento na vida dos povos indígenas.

Na segunda etapa da pesquisa, foi ampliada a coleta de dados, a partir da criação da plataforma Sumaúma. Nessa etapa, a questão de saúde emergiu com a dimensão do genocídio praticado pelo negligenciamento de políticas públicas de saúde ao povo indígena Yanomami. Lançada em 13 de setembro de 2022, a plataforma traz narrativas sobre o colapso humanitário na terra indígena Yanomami. De setembro de 2022 até fevereiro de 2023, foram publicadas 20 reportagens, das quais foram selecionados, para análise, o texto “Não estamos conseguindo contar os corpos”, de autoria de Eliane Brum, Ana Maria Machado e Talita Bedinelli, e o artigo “Como alcançar o céu Yanomami se a imagem capturada está disseminada na internet?”, da antropóloga Hanna Limulja, veiculado em 26 de janeiro de 2023.

No estudo de caso empreendido, a seleção do *corpus* analítico partiu do protagonismo da jornalista Eliane Brum na tessitura de uma escrita jornalística, cujo discurso apresenta compromisso ético com um dever de memória a respeito da vida e da morte dos povos indígenas. Autores como Vivar e Abib (2018) se referem aos textos de Eliane Brum como um jornalismo de desacontecimentos, marcado por práticas de resistência ao modo tradicional do fazer jornalístico, dando ênfase às vozes de povos que estão à margem da narrativa.

1 A jornalista Eliane Brum publicou, em 2 de abril de 2021, o obituário “A morte do último ancião Juma na Amazônia”, no *The New York Times*. No texto, ela narra a história de Aruká Juma, o último homem do povo Juma na Amazônia brasileira que morreu de covid-19 em um hospital de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, no Norte do Brasil.

A hipótese que guia a pesquisa ora apresentada considera que a escrita de Eliane Brum traz vestígios de uma arte da memória, no sentido de que ela se coloca como um ator profissional que busca selecionar o que deve ser lembrado (POLLACK, 1989). Essa capacidade de construir uma tessitura da memória é também um esforço coletivo manifestado na plataforma Sumaúma, que congrega profissionais – como Eliane Brum (diretora, repórter e editora da plataforma), Jonathan Watts, Verónica Goyzueta e Talita Bedinelli – para desenvolver um jornalismo crítico e emancipador, a partir dos povos da floresta, junto com jovens indígenas, quilombolas, camponeses e pessoas das periferias e dos baixões das cidades amazônicas que se propõem a contar as suas histórias (BRUM; WATTS; GOYZUETA; BEDINELLI, 2022).

Na análise dos textos, foram usadas as contribuições de Norman Fairclough (2001) e Marcia Benetti (2007), numa tentativa de “compreender os sentidos enunciados pelo discurso jornalístico, identificando o movimento de força que é exterior e anterior ao texto” (BENETTI, 2007, p. 111). O artigo dialoga com as ideias de Norman Fairclough (2001) por entender que o enunciado jornalístico é uma prática social, histórica e disponível à crítica dos receptores ativos da mensagem, cuja prática não é apenas “de representação de mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91), no diálogo intertextual com os campos da memória e do testemunho.

A COVID-19 E O TESTEMUNHO SOBRE A VIOLAÇÃO AOS POVOS INDÍGENAS

O testemunho permite vislumbrar rastros do passado como uma condição de sobrevivência no momento em que se faz registro. Para Seligmann-Silva (2008, p. 66, grifo do autor), pode-se caracterizar o testemunho como “uma atividade *elementar*, no sentido de que dela depende a sobrevivência daquele que volta do *Lager* (campo de concentração) ou de outra situação radical de violência que implica esta necessidade” de narrar o tempo vivido. Aquele que testemunha o faz como uma forma de criar pontes com a realidade, de estabelecer contato com a sociedade (SELIGMANN-SILVA, 2008), como uma forma de se sentir parte do mundo novamente, a fim de que sua experiência seja acolhida, reconhecida.

Contudo, se não houver, por parte do outro, predisposição para a escuta, não haverá testemunho. Gagnebin (2009) nos ajuda a compreender que o ato de testemunhar não seria apenas a operação direta, aquele que viu com seus próprios olhos, mas é “aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro” (GAGNEBIN, 2009, p. 57). Desse modo, o jornalismo evoca esse rio que deságua, esse ato de revezamento, cujo profissional tece as narrativas a partir da escuta do outro.

Na reportagem “Mães Yanomami imploram pelos corpos de seus bebês”, veiculada no site El País Brasil em 24 de junho de 2020, a jornalista Eliane Brum nos traz a narração dolorosamente insuportável – porque a força do testemunho também traz dor – de três mães da etnia Yanomami, do grupo Sanõma, cujos filhos com sintomas de pneumonia foram conduzidos para a Casa de Saúde Indígena (CASAI), em Boa Vista, Roraima. No momento em que chegam à casa de saúde, as mães recebem o diagnóstico de covid-19 e os corpos de seus filhos desaparecem. A coluna de Brum menciona uma quarta mulher Yanomami, pertencente a outro grupo, que, doente de coronavírus, “foi levada para ter o parto no hospital e nunca mais viu o corpo do bebê” (BRUM, 2020b).

Com a ajuda de várias pessoas, uma delas conseguiu me enviar uma mensagem, gravada, em Sanõma. Ela conta o que vive. E diz: “Sofri para ter essa criança. E estou sofrendo. Meu povo está sofrendo. Preciso levar o corpo do meu filho para a aldeia. Não posso voltar sem o corpo do meu filho.” Eu escuto a mensagem antes da tradução. Não entendo as palavras. Mas compreendo o horror. A linguagem universal daquela que está sendo arrancada do mundo dos humanos. (BRUM, 2020b)

Através do testemunho da mulher indígena que não pode ter acesso ao corpo do filho, é possível ter um vislumbre da experiência do trauma. Mas percebe-se, no trecho destacado, o testemunho da própria jornalista ao ser atravessada pela experiência de horror da fonte. Qual o dever de um jornalista diante do testemunho da violência, da experiência do trauma?

Para Medina (2011), diante da densa textura que o outro representa, o jornalista precisa pensar em um modo diferente de realizar a entrevista jornalística, um modo que permita o “diálogo possível” entre repórter e fonte de informação, no qual ambos saem alterados, cujo “entrevistado passeia em atalhos, mergulha e aflora, finge e é, sonha e traduz seu sonho, avança e recua, perde-se no tempo e no espaço” sem prescindir da companhia do entrevistador (MEDINA, 2011, p. 35). O testemunho é subjetivo, é marcado pelos trejeitos e pelo sofrimento daquele que testemunha, e o jornalista não passa incólume diante dessa experiência. Para Leandro Lage (2013), o jornalista testemunha o sofrimento do indivíduo, sendo responsável por separar a distância entre o espectador e a experiência daquele que sofre a violência narrada. Dessa forma, o testemunho não visa apenas fazer o registro da experiência, mas promover o encontro.

No texto analisado, para Brum era preciso fazer o leitor compreender por que o desaparecimento de um corpo significa o pior tipo de sofrimento humano que pode ser infligido a um Yanomami:

Os Yanomami não são enterrados. Nunca, sob nenhuma hipótese se enterra um corpo. Os corpos são cremados e há um longo ritual para que o morto possa morrer para si e para a comunidade. Os Yanomami não são indivíduos, como um branco que vive no Brasil ou na Espanha ou nos Estados Unidos é. Um Yanomami se compreende como parte de uma comunidade e se entrelaça com várias dimensões de mundos visíveis e invisíveis em relações mediadas pelos xamãs. (BRUM, 2020b)

A jornalista nos convoca a compreender a violência narrada com um convite para o leitor se abrir à experiência desse outro, compreender o outro em seus termos e se responsabilizar pelo sofrimento dele. “Enterrar o corpo de um morto é um horror absoluto para o povo Yanomami. É arrancá-lo do mundo dos humanos” (BRUM, 2020b). No contexto de avanço da covid-19 e das medidas sanitárias normativas a respeito do modo de velar o corpo e enterrar as vítimas contaminadas, Eliane Brum evoca o depoimento da antropóloga da Universidade de Brasília (UNB), Silva Guimarães, para reforçar a necessidade de ações sanitárias específicas que respeitassem a cultura Yanomami, de modo a não produzir ainda mais violência e trauma. “Para essas mães, saber que seus filhos estão enterrados no cemitério da cidade é equivalente a uma mulher branca ter que conviver com a ideia de que o corpo de seu filho está jogado e exposto em praça pública” (BRUM, 2020b).

A partir do conceito de “fato social total”, proposto por Marcel Mauss, no *Ensaio sobre a dádiva*, Santos, Pontes e Coimbra Jr. (2020) refletem sobre o fato de que a pandemia colocou em movimento o conjunto da sociedade com seu leque de dimensões (econômica, religiosa, legislativa, moral, estética, científica). Contudo, os autores ressaltam que esse deslocamento apresenta conformações próprias em segmentos sociais específicos, o que expõe as “múltiplas dimensões e tensões provocadas pela atuação do Estado na implementação de políticas públicas dirigidas a minorias étnico-raciais no Brasil” (SANTOS; PONTES; COIMBRA JR., 2020, p. 1).

Assim, as implicações da pandemia na vida dos indígenas envolveram desde “insegurança alimentar e medo de sair das aldeias à violência simbólica de não ser possível realizar ritos funerários tradicionais, no caso de pessoas falecidas decorrentes da covid-19” (SANTOS; PONTES; COIMBRA JR., 2020, p. 1), como demonstrado na denúncia feita por Eliane Brum, cujas mães Yanomami foram impossibilitadas do seu direito ao luto e não puderam realizar a separação entre os vivos e os mortos.

Desse modo, o jornalismo é essa instância de mediação responsável por conformar os modos de lembrar e esquecer na pandemia, ao dar visibilidade ou tornar (in)visibilizado os grupos que foram mais

afetados pela emergência sanitária. De acordo com Marialva Barbosa (2004), o jornalista, ao construir as tessituras dos atos memoráveis, opera “em torno da fixação das chamadas memórias válidas, o que enseja necessariamente a questão do poder” (BARBOSA, 2004, p. 5). A narrativa de Eliane Brum, ao trazer o testemunho das mães Yanomami que não puderam enterrar os corpos de seus filhos, atua como uma forma de testificar (LAGE, 2013) a violência e romper com o esquecimento midiático dos povos subalternizados.

Ao inverter a lógica da mídia hegemônica que produz o esquecimento de povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caatingueiros, ciganos, povos de terreiro, entre outros), Brum seleciona a lembrança da etnia Yanomami como uma forma de produzir um arquivo sobre o tempo presente de um grupo notadamente esquecido. Como aponta Barbosa (2004), a imprensa hegemônica mantém algumas vidas nas “zonas de sombra” – assim, Eliane registra as vivências dos Yanomami e afirma essas existências através do discurso midiático.

Pela força do testemunho, a enunciação discursiva de Eliane Brum se propôs a construir um obituário a respeito da vida dos povos indígenas, que não existe no discurso público da mídia hegemônica e cujas mortes não são consideradas dignas de nota, de reconhecimento social. Não há uma percepção de que as vidas e a cosmogonia dos povos indígenas deveriam ser respeitadas, mesmo diante de um acontecimento trágico como a pandemia.

Butler, ao fazer elaborações conceituais sobre o luto pelos mortos no 11 de Setembro, expôs o fato de que as vidas queers desaparecidas na tragédia não foram publicamente acolhidas na identidade nacional construída nas páginas dos obituários, o que torna possível pensar esse gênero textual como um meio “pelo qual uma vida se torna, ou deixa de se tornar, uma vida publicamente dolorosa, um ícone do autorreconhecimento nacional; o meio pelo qual uma vida se torna digna de nota” (BUTLER, 2020, p. 55).

Na pandemia, o jornalismo selecionou quais vidas foram entendidas como humanas e quais não poderiam ser compreendidas como tal. Aquelas que desaparecem do discurso público não são consideradas dignas de terem suas violências narradas e suas mortes denunciadas, num processo que distingue quais grupos devem ter o direito à vida e à saúde preservado. A grande mídia brasileira não pautou o desaparecimento dos bebês Yanomami, mas foi a partir da coluna de Brum que a situação ganhou repercussão como relato histórico midiático da experiência do vivido no tempo presente, tendo a *hashtag* #criancasyanomami figurado entre os *trending topics* do Twitter (BRASIL; COSTA, 2020).

O texto também dimensionou a chegada da covid-19 ao território Yanomami, como mais um ato de violência dos homens brancos que invadem as terras dos povos indígenas, muitas vezes com a chancela do Estado:

Desde que os Yanomami tiveram os primeiros contatos, a partir de 1910, eles vêm sendo dizimados por doenças, que chamam de *xawara*, e também a tiros, pelos garimpeiros que invadem suas áreas em busca de ouro. Davi Kopenawa, o grande intelectual e líder Yanomami, tem denunciado ao mundo que seu povo corre o risco de genocídio. Ele chama os brancos de “povo da mercadoria”. Seu filho, Dário Kopenawa, da Hutukara Associação Yanomami, lidera a campanha Fora garimpo! Fora covid!. Em plena pandemia, há mais de 20.000 garimpeiros na terra Yanomami, considerada a mais vulnerável ao novo coronavírus na Amazônia. (BRUM, 2020b).

Percebe-se no trecho um acionamento da memória para o entendimento do lugar do povo Yanomami na duração do tempo, reconstituindo uma trajetória de séculos de dizimação por doenças trazidas pelo colonizador branco. Nesse sentido, o jornalismo de Brum distancia-se da objetividade como ritual jornalístico e do relato superficial, desprovido de reflexão. Em seus textos, a memória é utilizada tanto como elemento de contextualização quanto para produzir um registro histórico dos grupos narrados. “O desrespeito e a indignidade com que a morte é tratada pelas autoridades públicas são os mesmos da vida.

Não basta matar pela contaminação por vírus, há ainda que torturar mulheres e também homens. Este capítulo está só começando, mas as vítimas já deram a ele um título: genocídio” (BRUM, 2020b).

É através da narrativa que as memórias são configuradas, sendo elas mesmas construções narrativas (GERK; BARBOSA, 2018, p. 159). A partir do testemunho tecido na narrativa jornalística produzida por Brum, desde o impacto da covid-19, o tempo presente emerge como uma força potente para entender o mais recente capítulo pavoroso na vida dos Yanomami: a crise de saúde humanitária, causada pela presença do garimpo, quando se sabe que a fome e as doenças teriam solução, caso o Estado brasileiro não tivesse negligenciado a assistência à saúde dos povos indígenas.

O TESTEMUNHO E OS LIMITES ÉTICOS NA CIRCULAÇÃO DE IMAGENS NO ARQUIVO DIGITAL

Em 20 de janeiro de 2023, a plataforma Sumaúma divulgou a reportagem “Não estamos conseguindo contar os corpos”, na qual denuncia a morte de 570 crianças Yanomami com menos de 5 anos, durante os 4 anos de governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), por desnutrição ou doenças tratáveis, como vermes, pneumonia e diarreia – males provocados pela falta de tratamento adequado de saúde e de ações preventivas.

Com a compreensão de que apenas a palavra não seria suficiente para causar impacto no leitor, a plataforma publicou uma série de imagens feitas por indígenas e profissionais de saúde que venceram as barreiras do garimpo para retratar o horror vivenciado pelos Yanomami. Tanto o texto como as imagens compõem essa memória gestada ao vivo, em que as pessoas compartilharam da experiência da tragédia vivenciada, disseminando imagens nas plataformas midiáticas.

As imagens mostram “corpos de crianças e velhos, com peles que recobrem apenas os ossos, tão fragilizados que mal parecem se equilibrar. Costelas que parecem perfurar os corpos minúsculos contrastam com barrigas enormes, povoadas por vermes” (MACHADO; BEDINELLI; BRUM, 2023). As imagens foram utilizadas como uma forma de fixação de como o acontecimento deveria ser lembrado. Era preciso que o leitor fosse atingido pelas imagens de sofrimento desses corpos para ver com os próprios olhos e acreditar na violência narrada.

Ao analisar as quatro fotografias que registram cenas de terror experimentadas no crematório V de Birkenau e nas fossas de incineração exteriores, no campo de concentração Auschwitz, feitas por membros dos Sonderkommandos – equipes de judeus responsáveis por colocar os outros prisioneiros na câmara de gás –, Didi-Huberman (2012) nos ajuda a refletir sobre o valor testemunhal de uma imagem. O nazismo queria apagar qualquer rastro dos horrores que aconteciam nos campos de concentração. Um desaparecimento que perpassou pela destruição da língua, do ser e de qualquer capacidade de autonomia dos judeus. Era preciso, inclusive, eliminar os vestígios do fazer desaparecer. Então, o crematório foi demolido, e o arquivo que documentava o que foi feito ali também foi queimado (DIDI-HUBERMAN, 2012). Dessa forma, as imagens feitas pelos Sonderkommandos que ficaram como vestígios dos crimes cometidos se erguem como um ato de resistência, manifestando uma aptidão particular da fotografia “para pôr freio às mais vorazes vontades de desaparecimento” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 38). Como a imagem é vestígio, resto de uma experiência que não pode ser alcançada em sua totalidade, para saber é preciso, portanto, imaginar.

Ao olharmos para a representação do horror vivido pelos Yanomami, o que essas imagens nos impelem a imaginar? Como narra a reportagem de Sumaúma, as imagens são um tema difícil para os Yanomami. “As lideranças que aceitaram a divulgação das fotografias só tomaram essa decisão porque estão desesperadas. Em uma delas, foi a própria liderança que pediu que uma foto fosse tirada para ser levada ao mundo” (MACHADO; BEDINELLI; BRUM, 2023). Imaginamos que os Yanomami estão, de fato, lutando contra o desaparecimento, pois, ao deixarem seus corpos serem expostos, o fazem como uma forma de clamor para que o sofrimento seja barrado, interpelando o espectador, convocando para que algo seja feito. Com esse

ato, eles exigem que seus corpos sejam vistos, notados e protegidos, reivindicam o direito à saúde ainda não conquistado. Assim, é preciso haver testemunho, é preciso haver memória, pois o próprio ato de esquecer é um extermínio.

A imagem nos interroga a imaginar a humanidade desses corpos desnutridos. Não são eles também humanos? Por que os deixaram chegar em tal estado? O que possibilitou essa violência? Achille Mbembe (2016) cunhou a noção de necropolítica para descrever o poder de determinar quem deve viver e quem deve morrer. Assim, o Estado e os seus governantes, que fazem uso desse poder da morte, provocam a destruição dos corpos, deixando-os morrer e também fazendo-os morrer. Tanto no cenário de emergência sanitária da pandemia de covid-19 quanto na crise de saúde humanitária enfrentada pelos Yanomami, nota-se que o necropoder atuou definindo “quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (MBEMBE, 2016, p. 135).

Os corpos expostos nas imagens denunciam que eles foram descartados, negligenciados pelas políticas de saúde pública, tal como ocorreu durante a pandemia, quando o governo Bolsonaro deliberadamente rejeitou os pedidos de socorro do povo Yanomami, vetou medidas de proteção contra o coronavírus e incentivou a invasão das terras indígenas pelos garimpeiros que espalharam doenças como a malária e a covid-19 nesse território.

Dessa maneira, o governo citado certificou-se de que os corpos representados nas imagens padeceram de fome e falta de assistência à saúde, fazendo-os morrer. Além disso, certificou-se de que houvesse um apagão estatístico dessas mortes nos sistemas de gerenciamento de informação, pois os dados obtidos sobre a doença só foram publicizados quando a equipe de reportagem os solicitou via Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011). Dessa forma, o Estado também atuou para evitar o acesso aos arquivos. “Em estados antiliberais e totalitários os arquivos são mantidos em segredo, enquanto nos estados democráticos eles são um bem comum e público, que pode ser individualmente utilizado e interpretado” (ASSMANN, 2011, p. 368). Nesse sentido, a reportagem de Sumaúma denunciou o silenciamento estatístico, garantindo formas de acessibilidade à informação por meio do arquivo digital viabilizado pela plataforma:

Muitas das mortes que ocorrem nas aldeias sequer são informadas aos serviços médicos. Em algumas das regiões mais afetadas pelo garimpo, as equipes de saúde foram expulsas e não conseguem prestar atendimento ou contabilizar os mortos. Isso gera casos como o da região do Homoxi, onde o posto de saúde foi tomado pelos criminosos, virou depósito de combustível e foi incendiado pelos garimpeiros em dezembro, como forma de retaliação à uma operação da Polícia Federal em combate à atividade ilegal. Segundo as estatísticas, nenhuma criança está desnutrida ali, o que não corresponde à realidade. Como não há acompanhamento das equipes de saúde, também não há dados. As crianças que passam fome, adoecem e com frequência morrem foram também apagadas do sistema. O apagão estatístico é mais uma forma de promoção da morte. (MACHADO; BEDINELLI; BRUM, 2023)

Diante desse apagamento de dados, Sumaúma cumpre o dever de memória ao produzir e disponibilizar para sociedade arquivos que demonstram o genocídio em curso no território Yanomami, como forma de assegurar o funcionamento da democracia e a proteção de seus povos, pois, sem arquivo, “não existe espaço público nem crítica” (ASSMANN, 2011, p. 369).

No entanto, apesar de as representações da morte e do corpo em sofrimento conquistarem posição de visibilidade na mídia, é preciso questionar os limites éticos para a exposição desses arquivos visuais que são difundidos nas plataformas digitais. “Mais do que nunca, lembramos (e esquecemos) com e através dos nossos aparelhos técnicos” (SILVEIRA, 2021, p. 291). O ambiente digital está misturado às sociabilidades, agindo sobre a forma como os usuários/receptores recebem informações, constroem representações de mundo e produzem memória. A dialética do lembrar e esquecer está presente no modo como os

usuários fazem uso das tecnologias, cujo alcance é perceptível na medida em que rapidamente as pessoas compartilham e se apropriam de conteúdos publicados na esfera digital.

Consciente dessa dinâmica, a plataforma Sumaúma procura refletir sobre o uso das imagens dos Yanomami nesse ambiente, a partir do artigo de opinião, “Como alcançar o céu Yanomami se a imagem capturada está disseminada na internet?”, da antropóloga e indigenista Hanna Limulja, como uma colaboração para entender essa memória construída no tempo presente:

A imagem faz parte do morto, assim como seu nome. Por isso, quando alguém morre, o nome não deve ser pronunciado, pois chamar é trazer para perto, e é preciso estabelecer distância dos mortos, é preciso esquecê-los, para que possam ir definitivamente para o *hutu mosi*, e para que os vivos possam seguir vivendo. Tudo o que pertencia ao morto precisa ser destruído. É por isso que a imagem, que é parte integrante e fundamental da pessoa Yanomami, é algo tão precioso e precisa ser tratada com cuidado. É por essa razão que os Yanomami pediram, dias atrás, que a foto onde aparece uma velha mulher em estado de desnutrição severa fosse apagada. Ela faleceu, mas no pensamento Yanomami ela não pode morrer enquanto sua imagem permanecer nesse plano e reanimar nos vivos a dor de sua ausência. (LIMULJA, 2023)

Essa leitura reflexiva da imagem permite identificar como a mídia é capaz de mediar nossas memórias e afetos (SILVEIRA, 2021). Em um primeiro momento, com a publicização das imagens a plataforma parece nos estimular ao impulso moral, a uma mobilização da consciência diante do sofrimento vivido pelos Yanomami. Sontag (2004) aponta que as imagens que mobilizam a consciência estão sempre ligadas a uma determinada situação histórica, a um contexto favorável de sentimento e atitude, e que, apesar de fotos não serem capazes de criar uma posição moral, elas “podem reforçá-la – e podem ajudar a desenvolver uma posição moral ainda embrionária” (SONTAG, 2004, p. 15). Mas, após a repercussão das fotos, Sumaúma procura orientar a leitura para partir da compreensão de que essas imagens não devem ser apropriadas, de que o corpo representado nelas tem uma existência, de que é preciso tratá-las com uma outra ética. No ambiente digital:

[...] as fronteiras entre produtor e receptor midiático são borradas conforme o mesmo usuário destes arquivos pode ser visitante ou contribuinte. Nesse sentido, eles também servem para amplificar, por sua própria atuação, a presença midiática dos eventos aos quais se referem. Eles acabam tanto por ser guardiões quanto produtores de memória. (SILVEIRA, 2016, p. 39)

Sumaúma produziu um arquivo que trouxe a dimensão da noção de corpo para os Yanomami, ao buscar proteger as identidades culturais deles e atuar como um guardião dessa memória. Mas também a disseminação do arquivo na internet gera outras implicações – o que requer uma reflexão ética para não reproduzir violações ao povo indígena.

O arquivo digital é vivo, sempre dinâmico, então o receptor também se torna produtor ao reconfigurar as imagens a fim de configurar o seu próprio discurso sobre elas. As imagens dos corpos desnutridos rapidamente espalharam-se pelas plataformas digitais, ao mobilizar nos indivíduos diversos afetos que em um ato performativo procurou representar uma indignação, um choque, disputando sentidos, construindo memórias e, também, gerando apropriação pelo capital ao fazer uso das imagens nas estratégias de engajamento nas mídias digitais. Em meio à dinâmica excessiva de compartilhamento da internet para que o acontecimento seja lembrado, é possível imaginar o esquecimento?

Em sua análise sobre as quatro fotografias de Auschwitz, Didi-Huberman (2012) afirmou que:

[...] ao olhar para elas não devemos nem revogá-las, como o faz Wajcman, nem “acreditar que lá estamos”, como ele acha que eu acredito. Imaginação não é identificação, e ainda menos alucinação. Aproximação não é apropriação. Estas imagens nunca serão reconfortantes *imagens de si*, elas permanecerão sempre, para nós, *imagens do Outro*, dilacerantes a

esse nível: mas a sua própria estranheza exigia que delas nos aproximássemos. (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 116, grifos do autor)

O ato de aproximação promovido pelo compartilhamento nas redes não deve se confundir com o de apropriação. De acordo com Didi-Huberman (2012), imaginamos algo, alguma coisa, apesar de tudo, como uma forma de ouvir melhor. Ouvir melhor nesse caso significaria não se apropriar das imagens. Apesar de estarem difundidas no meio digital, elas não podem representar posse. . “Por isso, não sendo a imagem uma coisa, um troféu ou bibelô privado, mas um gesto, um ‘ato coletivo’ historicamente situado, devemos responder a esse ato com outro ato, nosso próprio olhar” (FELDMAN, 2018, p. 20).

Esse ato nos permite ir ao encontro do outro, tentar imaginar sua experiência, mesmo que nunca a alcancemos totalmente, mesmo que falhemos perante o seu quê de inimaginável. Enquanto ‘imagens do Outro’, a representação visual implica dimensões éticas, suscitando reflexões sobre a responsabilização do Estado que negligenciou a assistência à saúde. A imagem também nos convoca a imaginar os corpos expostos para além do estado de sofrimento, pois se trata de um corpo que carrega simbolismos, que não é passivo por si próprio, mas apresenta especificidades culturais.

A cosmogonia Yanomami interroga o modo como enxergamos o corpo, como tratamos nossas imagens e fazemos luto. O Ocidente trata a morte como um interdito, não enfrenta seu caráter de aniquilação, no sentido de que não se permite lidar com ela, ao contrário do povo Yanomami, que realiza um longo ritual de morte, que enfrenta a perda para então esquecer, apagar quaisquer marcas do morto. Contudo, se a imagem disseminada na internet não pode ser apagada, a plataforma nos indica outra forma de olhar, ao promover uma ética do cuidado.

Christians (2014, p. 20) defende que uma das formas de repensar a ética na comunicação contemporânea acontece através da ética feminista do cuidar “ao dar primazia à relação entre uns e outros, mais do que aos actores individuais”. Nessa perspectiva, devemos nos responsabilizar uns pelos outros. “O cuidar efectivo requer encontros concretos com indivíduos específicos; não pode ser cumprido apenas através de boas intenções” (CHRISTIANS, 2014, p. 20). Entre as três dimensões da ética do cuidar, estão: (1) a preocupação com as necessidades do outro e a promoção do seu bem-estar; (2) a deslocação motivacional. “Os que cuidam esquecem as suas próprias preocupações, em favor de uma empatia pela situação e pelo sentir dos que devem ser cuidados” (CHRISTIANS, 2014, p. 20).

Por meio dessa visão, é possível pensar em um jornalismo preocupado com o avanço da vida pública, com a promoção da dignidade humana e em conformidade com uma ética do cuidar para compreender os modos de significação de mundo a respeito dos povos indígenas. A plataforma influencia a esfera pública ao dar visibilidade a essas vidas subalternas, dizendo-lhes que elas são ditas de nota, como fontes jornalísticas e como pessoas/comunidades que precisam ser reconhecidas pelos modos de vivência e como narradores de sua própria história – plural e diversa.

O intelectual indígena Ailton Krenak (2019, p. 15) defende que não somos iguais, e essa compreensão é necessária caso desejemos sonhar com um futuro construído a partir da diversidade de saberes e subjetividades, pois “há centenas de narrativas de povos que estão vivos, [que] contam histórias, cantam, viajam, conversam e nos ensinam mais do que aprendemos nessa humanidade”. São essas narrativas que a plataforma Sumaúma procura colocar como arquivo digital no centro do debate, com o qual o jornalismo contemporâneo precisa aprender a dialogar, caso deseje compartilhar com um futuro para além das regulações normativas de uma sociedade eurocêntrica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso aos dispositivos tecnológicos e às diversas formas de produção, circulação e difusão de informação na esfera midiática têm possibilitado ampliar a produção de dados referentes aos acontecimentos de magnitude social. Como usuários das plataformas sociais com as quais interagimos para obter conhecimento, tem-se acesso a um conjunto imensurável de dados e se tem a percepção de que estamos todos imersos em uma realidade histórica vivenciada individual e coletivamente. Nessa nova ambiência, nós, indivíduos, também somos capazes de produzir e colaborar para a produção de documentos, os quais são armazenados em ambiente digital.

Nessa perspectiva, este artigo buscou entender a contribuição da comunicação na sua interface com a saúde, a partir das narrativas construídas por Eliane Brum no sentido de produzir reflexões relacionadas aos direitos do povo Yanomami em contextos sociais de desaparecimento de corpos durante a pandemia de covid-19 e de dilaceramento de suas vidas em face das violações à integridade física das comunidades, das constantes ameaças externas aos territórios mediante o avanço das atividades ilegais dos garimpos, com a conseqüente contaminação dos rios e solos, agravamento de situações de adoecimento, bem como de negligenciamento das políticas públicas de atenção básica e sanitária à população, vitimada por doenças e fome.

Ressaltou-se, ainda, a contribuição da jornalista como dever de memória acionado na produção jornalística como um testemunho dos acontecimentos que vivenciamos, enquanto eles ocorrem, pois, imersos nessa ambiência midiática, apreendem-se relatos históricos midiáticos que colaboram para o entendimento do tempo presente nas interfaces das redes sociais que compartilhamos.

Com a mediação do trabalho jornalístico de Eliane Brum, tem-se acesso a uma memória gestada ao vivo (MARINO; NICODEMO; SILVEIRA, 2020), pois, no momento em que se disponibiliza o texto no *site* e nas plataformas, o conteúdo jornalístico já se faz relato histórico midiático, contextualizando a informação. Esse processo nos permite enxergar esses indivíduos (in)visibilizados e escutar as suas vozes – nos é ofertada a possibilidade de construir novas histórias a partir do compartilhamento das mensagens. Embora não se deva ignorar a importância de as instituições públicas construírem arquivos, o protagonismo dos indivíduos na produção de acervos tem grande valor e se mostra presente diante dos artefatos tecnológicos, configurando novos lugares de memória, a partir da potência criadora (ASSMANN, 2011) dos que desejam testemunhar o tempo presente e legar suas contribuições ao futuro.

Diante disso, a contribuição deste artigo para entender a produção de arquivos digitais no campo da saúde é explicitar que as narrativas jornalísticas são passíveis de configurar memórias e que estarão sujeitas à análise, no tempo imediato e no futuro, por historiadores, antropólogos – o que endossa o lugar do jornalismo como um importante campo para o registro da história e da produção da memória social.

Nesse sentido, ao se analisarem as violações sofridas pelos Yanomami em dois contextos, ratifica-se a capacidade de criação de um arquivo digital contemporâneo que reúna textos que constroem/registram a vivência histórica contemporânea, cuja trama foi tecida por Eliane Brum no *site* do El País Brasil e no trabalho desenvolvido na plataforma Sumaúma como diretora. Nesse trabalho jornalístico e arquivístico, a tessitura da memória é evidenciada como testemunho e reconhecimento de projeto de futuro, ao dar voz aos povos subalternizados e (in)visibilizados. Eliane tira esses sujeitos do esquecimento midiático, rompendo com o paradigma da objetividade jornalística, e os reafirma como seres dignos de nota, cujas vidas precisam ser narradas, contadas.

Espera-se, com a reflexão ensejada neste artigo, poder contribuir para que a comunidade jornalística e científica, principalmente do campo da saúde, compreenda que o jornalista colabora para a construção

da memória coletiva, legando testemunho sobre o tempo presente e conferindo visibilidade a temas (in) visibilizados – como o reconhecimento dos povos indígenas, de seus saberes e de suas cosmogonias.

Pretende-se, ainda, colaborar para reafirmar o lugar do jornalismo na produção de conhecimento no diálogo intertextual com outros saberes científicos e no acionamento de fontes que não estejam circunscritas às instâncias de poder. O valor do testemunho permite a produção de conhecimentos que nos fazem compreender o tempo presente e conferir valor às vidas com as quais o jornalista, no cotidiano, se relaciona, seja em acontecimentos traumáticos, como pandemias, endemias, seja com vítimas de violência urbana, catástrofes ambientais, entre outros, nos quais o espectro da saúde como construto social se faz presente. A partir da atividade profissional de Eliane Brum, pretende-se demonstrar que o jornalista deve exercer uma função crítica no sentido de tecer “novos modos de produção e outras formas de subjetivação” (MAROCCO, 2020, p. 31), ao conferir nota às vidas (in)visibilizadas e testemunhar a batalha dos indivíduos pelo direito à vida.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Inesita Soares de; MOREIRA, Adriano de Lavor; AGUIAR, Raquel. Doenças negligenciadas, comunicação negligenciada: apontamentos para uma pauta política e de pesquisa. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, Sup., p. 1-11, fev. 2013. DOI: <https://doi.org/10.3395/reciis.v6i4.Sup1.738pt>. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/706>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- BARBOSA, Marialva. Jornalistas, senhores da memória?. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: PUC-RS e Intercom, 2004. p. 1-13. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/5281189434155472217413491799349447635.pdf>. Acesso em 15 fev. 2023.
- BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BRASIL, Kátia; COSTA, Emily. Corpos de bebês Yanomami enterrados sem o conhecimento das mães são encontrados em Boa Vista. **Carta Capital**, Amazônia Real, 29 jun. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/corpos-de-bebes-yanomami-enterrados-sem-o-conhecimento-das-maes-sao-encontrados-em-boa-vista/>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- BRUM, Eliane. A marcha dos mortos. *El País Brasil*, São Paulo, 7 ago. 2020a. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-07/a-marcha-dos-mortos.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- BRUM, Eliane. A morte do último ancião Juma na Amazônia. **The New York Times**, 2 abr. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/pt/2021/04/02/espanol/opinion/povo-juma-amazonia.html>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- BRUM, Eliane. Mães Yanomamis imploram pelos corpos de seus bebês. **El País Brasil**, São Paulo, 24 jun. 2020b. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-24/maes-yanomami-imploram-pelos-corpos-de-seus-bebes.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- BRUM, Eliane; WATTS, Jonathan; GOYZUETA, Veronica; BEDINELLI, Talita. **Sumaúma: Jornalismo do centro do mundo**. Sumaúma, Amazônia, 13 set. de 2022. Disponível em: <https://sumauma.com/quem-somos/>. Acesso em: 10 fev. 2023.
- BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- CHRISTIANS, Clifford G. Panorâmica da ética dos media no plano internacional. **Comunicação e Sociedade**, v. 25, 2014, p. 16-33. DOI: [https://doi.org/10.17231/comsoc.25\(2014\).1854](https://doi.org/10.17231/comsoc.25(2014).1854). Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/867>. Acesso em: 10 maio 2023.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo**. Lisboa: KKYM, 2012.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001.

FELDMAN, Ilana. Imagens apesar de tudo: problemas e polêmicas em torno da representação, de "Shoah" a "O Filho de Saul". **Revista Ars**, São Paulo, v. 14, n. 18, p. 135-153, 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-0447.ars.2016.124999>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ars/article/view/124999>. Acesso em 13 fev. 2023.

FLORES VIVAR, Jesús Miguel; ABIB, Tayane Aidar. O expediente de argumentação no jornalismo de Eliane Brum: análise de suas colunas ao El País Brasil. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, v. 19, n. 40, p. 24-38, maio-ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.13037/ci.vol19n40.5175>. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/5175. Acesso em: 10 jun. 2023.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

GERK, Cristine; BARBOSA, Marialva. Jornalismo, memória e testemunho: uma análise do tempo presente. **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 1, p. 150-167, abr.-jul. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i0.1076>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17640>. Acesso em: 10 maio 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAGE, Leandro Rodrigues. O testemunho do sofrimento como problema para as narrativas jornalísticas. **Contracampo**, Niterói, v. 27, n. 2, p. 71-88, ago.-nov. 2013. DOI: <https://doi.org/10.22409/contracampo.v27i0.572>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17501>. Acesso em: 10 maio 2023.

LERNER, Kátia. Investigando o conceito de saúde no contexto do jornalismo: alguns desafios teórico-metodológicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 37., 2014, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2014. p. 1-18. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1982-1.pdf>. Acesso em 14 fev.2023.

LIMULJA, Hanna. Como alcançar o céu Yanomami se a imagem capturada está disseminada na internet?. **Sumaúma: Jornalismo do centro do mundo**, Amazônia, 26 jan. 2023. Disponível em: <https://sumauma.com/ceu-yanomami-imagem-hutu-mosi-hanna-limulja/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

MACHADO, Ana Maria; BEDINELLI, Talita; BRUM, Eliane. Não estamos conseguindo contar os corpos. **Sumaúma: Jornalismo do centro do mundo**, Amazônia, 20 jan. 2023. Disponível em: <https://sumauma.com/nao-estamos-consequindo-contar-os-corpos/>. Acesso em: 21 jan. 2023.

MARINO, Ian K.; NICODEMO, Thiago L.; SILVEIRA, Pedro Telles da. Arquivo, memória e Big Data: uma proposta a partir da covid-19. **Cadernos do Tempo Presente**, Sergipe, v. 11, n. 1, p. 90-103, jan.-jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.33662/ctp.v11i01.14139>. Disponível em: <https://www.seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/14139>. Acesso em: 10 maio 2023.

MAROCCO, Beatriz. Um percurso para esboçar o 'novo intelectual' que se faz necessário no jornalismo contemporâneo. **index.comunicación**, Madrid, v. 10, n. 2, p. 13-34, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33732/ixc/10/02Umperc>. Disponível em: <https://indexcomunicacion.es/index.php/indexcomunicacion/article/view/483>. Acesso em: 10 maio 2023.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Artes & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 10 maio 2023.

MEDINA, A. Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 10 maio 2023.

ROSA, Jônatas Pereira do Nascimento; SANTOS, Andrea Cristiana. Tessituras de vida e morte: análise discursiva da produção jornalística de Eliane Brum no jornal El País Brasil no contexto da pandemia da covid-19. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 45., 2022, João Pessoa. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom. 2022. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0/0809202218575962f2d867d1b9c>. Acesso em 12 fev.2023.

SANTOS, Ricardo Ventura; PONTES, Ana Lucia; COIMBRA JUNIOR, Carlos E. A. Um "fato social total": covid-19 e povos indígenas no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 10, p. 1-5, 2020.

DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00268220>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/qxqxzwVDGCwT8pTtvCRf5fx/?lang=pt>. Acesso em: 21 fev. 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000100005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/5SBM8yKJG5TxK56Zv7FgDXS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2023.

SILVEIRA, Pedro Telles da. Da história instantânea ao arquivo infinito: arquivo, memória e mídias eletrônicas a partir do Center for History and New Media (George Mason University, EUA). **Faces da História**, Assis, v. 3, n. 1, p. 24-42, jan.-jun. 2016. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/304>. Acesso em: 10 maio 2023.

SILVEIRA, Pedro Telles da. Lembrar e esquecer na internet: memória, mídias digitais e a temporalidade do perdão na esfera pública contemporânea. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 37, n. 73, p. 287-321, jan.-abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-87752021000100010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/qJ39yWqGZBNd6YvffnSLGTj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2023.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.